



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA

JORDAN PAULO SILVA DE OLIVEIRA

**ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO MÁRCIA CORDEIRO LEITE –
PLANALTINA/DF.**

PLANALTINA – DF

2013

JORDAN PAULO SILVA DE OLIVEIRA

**ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA
AGRÁRIA: ESTUDO DE CASO NO ASSENTAMENTO MÁRCIA CORDEIRO
LEITE – PLANALTINA/DF**

Relatório final apresentado a Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Janaína Deane de Abreu Sá Diniz.

PLANALTINA – DF

2013

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS por ter me dado força, paciência e sabedoria para a minha caminhada acadêmica na graduação em Gestão do Agronegócio. Aos meus pais por terem me apoiado nos momentos difíceis e na partilha de minhas alegrias. Aos meus irmãos pela força, amizade e conselhos. A minha namorada por sua força e apoio.

Aos meus amigos, Éverton Araújo, Livia Dutra, Eliane Stáble, Daniquele Pinho, Tauanna Faleiro, José Joardvan, Diego Maeda, Diego Barbosa, Robert Ramon, João Carlos, José Paulo, Ray Alves, Thays Oliveira e aos demais colegas e amigos que eu não citei, vocês são inestimáveis indivíduos que me ajudaram neste percurso.

Aos professores Andréa Gonçalves, Luiz Guilherme, Jonilto Souza, Sérgio Sauer, Carolina Araújo, Janaína Diniz, Fernanda Nascimento e aos demais professores que não citei, agradeço por terem me ensinado a buscar mais conhecimento e nunca desistir dos objetivos e desafios da vida.

RESUMO

A coletividade é uma das alternativas que os agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária encontram para consolidar sua comunidade e enfrentar as desigualdades econômicas, sociais e produtivas que o ambiente capitalista criou.

Os estudos que envolvem a proposta de ação coletiva – associação, cooperativa e economia solidária – em assentamentos de reforma agrária são importantes, pois, contribuem para a criação de novos caminhos de estruturação social nestas comunidades desfavorecidas, gerando insumos para novas análises desta temática.

A partir deste cenário, o presente relatório de estágio descreve as atividades das frentes de trabalho do projeto “Tecnologias sustentáveis para agregação de valor e geração de renda à produção familiar no Cerrado” identificando a participação dos colaboradores e comunitários sob o foco da frente de trabalho “Organização social na comunidade”. A metodologia utilizada para o acompanhamento do projeto e a descrição de suas ações foi a pesquisa-ação, que propõe a busca por soluções na comunidade, praticando intervenções que possibilitem uma mudança.

A de descrever e sugerir ações para as frentes de trabalho do projeto, com ênfase na frente organização social com a comunidade, o presente relatório conclui que existem muitas atividades e modificações a serem feitas nas intervenções com ênfase na articulação da comunidade na formalização de uma associação ou cooperativa nos moldes de economia solidária para fortalecer a ação coletiva nas ações do assentamento e trazer benefícios socioeconômicos para a comunidade.

Palavras-Chave: Organização Social, Assentamento, Estrutura Sócio-Econômica

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Assentamento Márcia Cordeiro Leite	6
Figura 2 – Área do Assentamento Márcia Cordeiro Leite demarcada em vermelho.	6
Figura 3 - Fluxo de produção e comercialização de frutos do Cerrado no Assentamento Márcia Cordeiro Leite.	11
Figura 4 – Foto do casarão antes do início da reforma.	25
Figura 5 – Planta baixa do casarão sede.....	25
Figura 6 – Retelhamento do casarão sede.	26
Figura 7 – Projeto do casarão sede.....	27
Figura 8 – Curva de secagem da manga.....	29
Figura 9 - Curva de secagem do baru.....	29
Figura 10 – Esquema de concepção de uma oficina	33
Figura 11 – Primeira oficina de sensibilização	33
Figura 12 – Dinâmica da árvore problema-solução.	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Frentes de trabalho no projeto no Assentamento Márcia Cordeiro Leite	9
Quadro 2 - Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil	19
Quadro 3 - Cronograma de coleta de frutos do Cerrado	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cálculo do IDCR no Assentamento Márcia Cordeiro Leite.....	7
---	---

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	6
1.1. JUSTIFICATIVA	12
1.2. OBJETIVO GERAL.....	13
1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
2.REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM ASSENTAMENTOS	14
2.2. NOÇÕES PRELIMINARES DE ASSOCIATIVISMO	15
2.2.1.Associação de produtores rurais.....	16
2.3. O COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS	17
2.4. ECONOMIA SOLIDÁRIA	21
3.METODOLOGIA	23
3.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE DE TRABALHO “REFORMA” .	24
3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE DE TRABALHO “COLETA e manejo”	27
3.3. CARACTERIZAÇÃO DA FRENTE DE TRABALHO “BENEFICIAMENTO”	28
3.3.1.Oficina De Desidratação De Frutos.....	28
3.4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE DE TRABALHO DE “PESQUISA DE MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO”	30
3.4.1.Grupo de Estudos de Desenvolvimento de Mercados e Comercialização – GEDEMCO	30
3.5. CARACTERIZAÇÃO DA FRENTE DE TRABALHO “ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE”	30
3.5.1.Grupo De Estudo De Organização Social - GEOS.....	31
3.5.2.Primeira Oficina de Sensibilização no Assentamento Márcia Cordeiro Leite.....	33
4.DISSCUSSÃO E ANÁLISE.....	36
4.1. SUGESTÕES COMPLEMENTARES ÀS AÇÕES DAS FRENTES DE TRABALHO COM O FOCO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL	36
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
ANEXOS	43
ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA DE MERCADO	43

1. INTRODUÇÃO

A reflexão teórico-prática possibilita que o aluno visualize suas limitações e construa conhecimento a partir do contato com o ambiente, assim como, o enriquecimento pessoal e o aperfeiçoamento de suas habilidades na área profissional.

O presente relatório descreve a atuação das frentes de trabalho no projeto “Tecnologias sustentáveis para agregação de valor e geração de renda à produção familiar no Cerrado” ¹ com ênfase na “Organização Social na comunidade” no assentamento Márcia Cordeiro Leite, situado na zona rural de Planaltina, Distrito Federal (Figura 1). O projeto tem como principal objetivo a implantação de uma estrutura de produção sustentável de frutos nativos do Cerrado, a fim de gerar renda complementar aos assentados, associada à conservação do bioma.



Figura 1 – Localização do Assentamento Márcia Cordeiro Leite.
Fonte: Adaptado a partir do Google Maps.



Figura 2 – Área do Assentamento Márcia Cordeiro Leite demarcada em vermelho.
Fonte: Adaptado do Google Maps.

¹ Projeto vencedor do Prêmio Santander Universidade Solidária – 2012.

O assentamento possui aproximadamente 409 ha que deverão ainda ser divididos para 64 famílias. O Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural – IDCR, uma ferramenta de diagnóstico rural desenvolvida pela EMATER-DF, foi aplicado por técnicos desta empresa, em parceria com os professores, pesquisadores e alunos da UnB Planaltina no assentamento com intuito de avaliar e mensurar o desenvolvimento rural sustentável local.

Resumidamente, o IDCR coleta de dados provenientes da aplicação de questionário dividido em seis sessões – Bem Estar, Cidadania, Econômico, Apropriação Tecnológica, Agroecologia e Ambiental – que são processados resultando em valores entre 0 e 1 para cada indicador. Quando obtidos, os valores dos indicadores são somados, dando um resultado denominado “T-0” ou tempo zero, o qual servirá como roteiro para intervenções no local buscando a elevação e melhoria dos indicadores, obtendo-se valores entre zero e um para cada assunto abordado na pesquisa. Quanto mais perto o índice estiver de um, o local detém maior desenvolvimento e possui potencialidades para se desenvolver mais ainda e quanto mais perto de zero maior serão as vulnerabilidades da comunidade (EMATER-DF, 2012).

O resultado do IDCR no Assentamento Márcia Cordeiro Leite é apresentado na tabela 1, que mostra os valores de cada indicador e sua soma. O assentamento encontra-se muito abaixo da expectativa – 0,324 – entretanto, o resultado possibilita a melhoria e intervenção na comunidade para que estes indicadores se elevem.

Tabela 1 – Cálculo do IDCR no Assentamento Márcia Cordeiro Leite

CÁLCULO DO IDCR				
DIMENSÃO	VALOR ACUMULADO (COMUNIDADE)	PONDERAÇÃO	ALCANÇADO	IDEAL
Bem-Estar	0,31	0,2	0,061	0,2
Cidadania	0,37	0,2	0,074	0,2
Econômico	0,36	0,2	0,072	0,2
Apropriação Tecnológica	0,22	0,13	0,000	0,13
Agroecologia	0,48	0,13	0,062	0,13
Ambiental	0,39	0,14	0,055	0,14
Soma		1,00	0,324	1,00

Fonte: Emater-DF (2012).

Segundo o relatório, as principais necessidades da comunidade estão ligadas à infraestrutura básica da região, que ainda não possui acesso à água potável encanada, rede de energia elétrica pública e vias de transporte pavimentadas e a saúde. O relatório indica que as oportunidades de geração renda na comunidade é escassa dada a falta da infra-estrutura básica

no assentamento. Aproximadamente 70% dos assentados têm trabalho fora, porém, utilizam a agricultura como meio de subsistência. De certo que estas necessidades são consideradas pelo projeto como oportunidades de transformação social, produtiva e econômica da região.

O projeto, no período de um ano (março de 2013 a março de 2014), se propõe a atingir as metas de organização produtiva ligadas ao extrativismo e beneficiamento de frutos do Cerrado, de infra-estrutura relacionada à reforma do casarão sede que abrigará a agroindústria artesanal de frutos nativos do Cerrado e da organização social dos assentados com as finalidades de geração de renda complementar, o desenvolvimento de produtos com base em frutos nativos do Cerrado, a inserção no mercado e o aproveitamento sustentável do bioma da região. Para garantir o acompanhamento e comprometimento dos envolvidos na execução de atividades do projeto, o quadro um foi elaborado com a distribuição de frentes de trabalho. Participaram da formulação deste quadro os coordenadores do projeto, os colaboradores, os alunos e a comunidade.

Quadro 1 - Frentes de trabalho no projeto no Assentamento Márcia Cordeiro Leite

Frentes de trabalho	Coordenadores das frentes	Colaboradores	Alunos	Comunidade
Reforma	Prof ^o . Rudi Van Els	Denise, Janaína, Flávio, Daniquele	Valrey, Virgílio, João Vitor, Everton, Watila, João Carlos, José Kubischek, e Davi	Espedito, Gilmar, Natanael, Adário, Erenildo “Dentinho”, Valtemar, José Oliveira da Silva, Zé Carlos, Jurandir, Izaías e Adão
Coleta de frutos e outras produções	Prof ^a . Dulce Rocha	Denise, Flávio, Antônio, Arielle	Marcos, Rafaela, Mábia, Janaína, Jeverson Rodrigo, Eldevan	Lídio, Joel, Altair, Geralda, Vitório, José Amendes “Zequinha”, José Oliveira da Silva, Abidon, Sabina, João das Neves, Iracema, Edvandes, Estelita, Eva, Cícera e Carlos Alberto
Beneficiamento	Prof ^a . Andréa Santos e Prof ^a . Vânia Roque- Specht	Denise e Arielle	Virgílio, Frankislávia, Tatiana, André, João Vitor, Davi, Livia e Marcos, Juliana	Zilmar, Maria de Fátima, Nilza, Rosa, Leninha, Silvania, Michele, Damiana, Nazaré, Sinara, Francisca “Neném”, Valda, Celma, Geralda, Estelita, Iracema, Adário, Sabina, Vera Lúcia, Rosilene, Solange, Darlene, Fabiola e Carlos Alberto
Pesquisa de mercado e comercialização	Prof ^a . Janaína Diniz	Everton e Daniquele	Tatiana, André, Jordan, Mariana	José Oliveira da Silva, Zilmar, Cícera e Adário
Organização social na comunidade	Prof ^o . Flávio Costa	Neuza, Tauana, Daniquele e Everton	Watila, Jordan e Livia	Rose, Sabina, Valtemar “Nem”, José Oliveira da Silva, Cícera, Geralda e José Airtton

Fonte: Elaborado pelo autor.

A primeira frente destacada no quadro 1 é da reforma do casarão sede, cujo coordenador é o professor Rudi Van Els. O assentamento receberá a estrutura de beneficiamento artesanal dos frutos nativos do Cerrado e o local escolhido deve ter as benfeitorias de acordo com as normas sanitárias e de produção de origem vegetal. As modificações não se limitam à adequação do casarão, mas também na instalação provisória das redes de energia e água no local.

A organização da coleta e do pré-beneficiamento dos frutos do Cerrado será feita pela professora Dulce Rocha e sua equipe. Esta frente cuidará do manejo na extração dos frutos e garantindo matéria-prima para o processamento artesanal no casarão sede.

A terceira frente do projeto cuidará da estrutura de beneficiamento artesanal da pequena agroindústria no assentamento. As professoras Vânia Roque-Specht e Andréa Santos elaborarão, junto com sua equipe, os projetos dos equipamentos que farão parte do beneficiamento dos frutos nativos do Cerrado.

O reconhecimento dos canais de comercialização e o levantamento dos custos de produção são ações que fazem parte da frente de pesquisa de mercado e comercialização. Coordenada pela professora Janaína, a frente tem como objetivo a coleta e análise de informações do mercado consumidor de frutos desidratados em Brasília visando à inserção e comercialização dos produtos do assentamento.

Coordenada pelo professor Flávio Costa, a frente de trabalho de organização social na comunidade tem como principal meta auxiliar a comunidade na formalização de uma estrutura sócio-produtiva – associação ou cooperativa – que estimule seus membros a exercerem as atividades de produção e outras decisões coletivas no assentamento.

A figura 3 mostra a cadeia de produção de frutos desidratados do Cerrado e os seus respectivos elos. Cada elo está ligado às ações desempenhadas pelas frentes de trabalho do projeto. Percebe-se que há interação entre as atividades das frentes de trabalho. A reforma do casarão sede impacta, por exemplo, nas atividades de beneficiamento e de coleta de frutos.

As ações desempenhadas pela frente de trabalho “Organização social na comunidade” permeiam as outras atividades e sua importância consiste na estruturação social viável voltada para a mobilização de atividades, como a coleta de frutos e a reforma do casarão sede, e na tomada de decisão, por exemplo, sobre a escolha dos canais de comercialização que serão utilizados e sobre qual o produto principal a ser processado e comercializado.

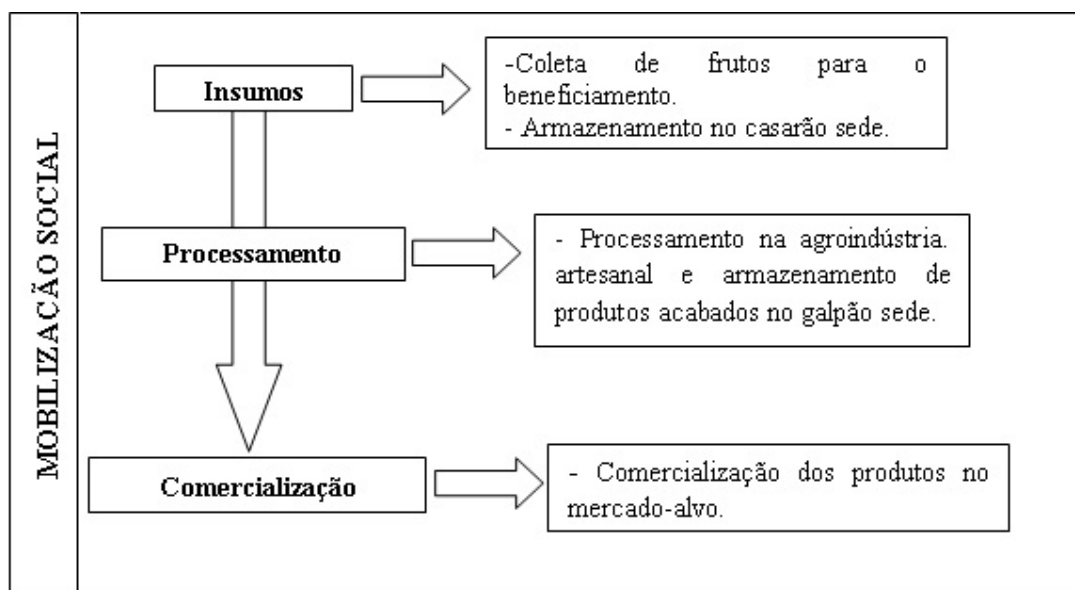


Figura 3² - Fluxo de produção e comercialização de frutos do Cerrado no Assentamento Márcia Cordeiro Leite.
Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir deste cenário, o presente relatório descreve as atividades das frentes de trabalho do projeto, analisando a participação dos colaboradores e comunitários sob o foco da frente de trabalho “Organização social na comunidade”. O relatório de estágio está dividido em três partes. A primeira parte compreende a introdução, onde se tem a caracterização do projeto e a apresentação dos objetivos e justificativa do relatório.

A segunda parte, que está dividida em dois tópicos complementares. O primeiro foca na fundamentação teórica sobre organização social em assentamentos, fornecendo embasamento para uma discussão e reflexão sobre as ações desempenhadas pela frente do trabalho de organização social no assentamento. São abordados os conceitos de organização social e sua aplicação em assentamentos de reforma agrária, as concepções de associação e de cooperativa, finalizando com noções de economia solidária. O segundo tópico descreve a metodologia empregada durante o estágio no projeto. Compreende a caracterização dos procedimentos adotados para descrever e analisar as atividades desempenhadas em cada frente de trabalho.

Por fim, a última parte apresenta a conclusão do relatório de estágio, composta pela discussão e sugestões de ações desempenhadas pelas frentes de trabalho do projeto,

² O mercado-alvo da produção do assentamento são distribuidores de frutas desidratadas e locais que utiliza como matéria-prima para doces, compotas entre outros produtos.

embasado pelo referencial teórico e conduzido pela metodologia utilizada no relatório e pela reflexão sobre a contribuição das atividades do estágio para a formação acadêmica.

1.1. JUSTIFICATIVA

As dificuldades geradas pelo modo capitalista de produção impactam economicamente e socialmente em todos os estratos sociais. No caso dos agricultores familiares que compõem os assentamentos de reforma agrária, a situação não é diferente. Além da exclusão econômica, os pequenos produtores enfrentam dificuldades na busca de melhores condições de infraestrutura e produção para a comunidade.

A associação e a cooperativa, genericamente definidas como o conjunto de indivíduos com objetivos em comum, se mostram como alternativas para a transformação desta condição adversa. Apoiadas pela economia solidária, uma prática socioeconômica que prioriza a solidariedade, igualdade e democracia, conduzindo os indivíduos a produzirem e a decidirem em conjunto, estes modelos de organizações compõem uma proposta de ação coletiva viável em assentamentos de reforma agrária.

Pode-se afirmar que a força gerada a partir da união entre indivíduos excluídos econômica e socialmente de uma sociedade dominada pelo modo de produção capitalista é capaz de diminuir a desigualdade e permitir a conscientização de que a pessoa mais próxima não é uma ameaça que comprometerá suas atividades produtivas, mas sim, um potencial aliado para enfrentar estas condições de dificuldade. O presente relatório de estágio analisa e propõe sugestões às ações desenvolvidas nas frentes de trabalho do projeto “Tecnologias sustentáveis para agregação de valor e geração de renda à produção familiar no Cerrado” no assentamento Márcia Cordeiro Leite.

Os estudos que envolvem a proposta de organização social – associação, cooperativa e economia solidária – em assentamentos de reforma agrária são importantes, pois, contribuem para a criação de novos caminhos de estruturação social nestas comunidades desfavorecidas, gerando elementos para novas análises desta temática.

Neste sentido, o estudo e o conhecimento desta área para os colaboradores do projeto são de notável importância, pois auxiliam na condução de atividades com a comunidade e facilitam na identificação de gargalos sociais que impedem o desenvolvimento das ações de cada frente de trabalho.

1.2. OBJETIVO GERAL

Descrever o processo de organização coletiva nas diferentes frentes de trabalho do projeto “Tecnologias sustentáveis para agregação de valor e geração de renda à produção familiar no Cerrado”.

1.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as ações propostas pelas frentes de trabalho do projeto;
- Analisar o plano de atividades de cada frente de trabalho;
- Sugerir ações a serem desempenhadas pelas frentes de trabalho à luz dos conceitos de associativismo, cooperativismo e economia solidária.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM ASSENTAMENTOS

A coletividade é uma das alternativas que os agricultores familiares em assentamentos de reforma agrária encontram para consolidar sua comunidade e para enfrentar as desigualdades econômicas, sociais e produtivas que o ambiente capitalista criou. Melo (2010), ao caracterizar as atividades coletivas, mostra que “[...] existem [...] atividades mediadas por relações de reciprocidade e solidariedade constituindo o “espírito” comunitário. Os grupos e/ou núcleos de assentados passam a representar a comunidade na luta e na garantia de suas existências” (p.31).

Percebe-se na explicação do autor que o agricultor se fortalece por ser representado em suas dificuldades e fortalece o grupo no qual está inserido. A união favorece relações de troca de experiências e combinação de esforços, a fim de garantir a sobrevivência do grupo e do próprio assentado. O autor realça que o “espírito” comunitário surge devido às práticas coletivas nos assentamentos rurais. Considerado como fator de encorajamento às lutas pela terra e permanência do agricultor nela, a coletividade permite igualmente ao assentado a busca de seus objetivos de forma eficaz.

A organização social coletiva no meio rural encontra condições favoráveis para o seu desenvolvimento. Hespanhol (2005) ressalta que o produtor rural busca coletividade nas relações sociais no seu círculo de vivência cotidiana, onde se destaca a proximidade entre produtores, laços religiosos, laços de consanguinidade e relações de solidárias de trabalho entre produtores, onde o vizinho empresta sua mão de obra e insumos a outro que necessita, por causa de, por exemplo, vínculos de amizade entre eles.

As dificuldades enfrentadas pelo produtor rural estão ligadas ao “acesso à terra, ao crédito rural e à assistência técnica, além de problemas na comercialização, na infra-estrutura disponível, entre outros” (HESPANHOL, 2005, p.2). Estes empecilhos levam muitos agricultores familiares a se organizarem coletivamente, para que em conjunto possam atingir seus objetivos econômicos e sociais.

Hespanhol (2005) e Melo (2010) possuem a mesma percepção positiva quanto ao resultado da coletividade entre agricultores familiares. Nas áreas produtiva, social e decisória a organização coletiva se mostra uma forma viável que garante sobrevivência e alcance do bem estar para a comunidade.

Ao mostrar alguns benefícios oriundos da coletivização, Brito (2008) expõe que “a participação em grupos oferece aos indivíduos a oportunidade de se tornarem políticos na busca de seus objetivos, além de oferecer-lhes a possibilidade de influenciarem até mesmo a estrutura organizacional” (p.145). A ação política do indivíduo compreende, a partir da inserção dele no grupo de interesse, a aquisição de força e capacidade para solucionar problemas e enfrentar dificuldades que quando sozinho não as conseguiria. As habilidades diferenciadas de cada indivíduo, os bens, as experiências vividas por cada um e o conhecimento técnico quando somados em um grupo, tornam mais fácil e eficaz o alcance dos objetivos pretendidos (VEIGA; RECH, 2001).

Em assentamentos de reforma agrária as iniciativas coletivas são utilizadas igualmente para exigir do Estado o desempenho de seu papel de promotor de benefícios para a sociedade. Atender necessidades básicas da comunidade ligadas a infraestrutura, saneamento básico e assistência técnica são alguns dos exemplos (MELO, 2010). Em seu texto, Melo (2010) explica que ao unir esforços individuais, a organização social tem a capacidade de atender aos mais diferentes interesses e em diferentes áreas. Reiterando, o autor justifica que essa é uma importante estratégia na luta do agricultor familiar pela terra, assim como na sua permanência, favorecendo o desenvolvimento rural local.

A seguir serão expostos os conceitos de associativismo e cooperativismo, duas formas comuns de organização social e produtiva que colaboram no desenvolvimento social, produtivo e econômico da comunidade e, neste caso, dos assentamentos de reforma agrária.

2.2. NOÇÕES PRELIMINARES DE ASSOCIATIVISMO

Segundo a cartilha desenvolvida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (BRASIL, 2012a), a associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, cuja finalidade é defender os interesses comuns dos associados, beneficiando o desenvolvimento técnico, econômico e social dos mesmos. Entende-se que os associados buscam a união para desenvolver suas atividades econômicas e sociais, abstendo-se da procura do lucro. Outro autor, Cotrim (2009), define a associação como a junção de interesses comuns entre indivíduos, onde a interação entre eles visa “a ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia a dia” (p.42).

Percebe-se que nas duas definições os autores exprimem que a união está associada à busca de interesses em comum. Os indivíduos se associam com a finalidade de somar esforços e atingir objetivos que sozinhos não alcançariam. Colaborando com essa

afirmação, Cotrim (2009), concorda que ela “permite a construção de condições mais amplas e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a concretização de seus objetivos e de seus interesses” (p.42), reforçando que a estrutura da associação está na busca de interesses comuns.

As associações são organizações de natureza assistencial e ligadas a variados fins, como os culturais, religiosos, científicos, entre outros. Veiga e Rech (2001) descrevem que estas sociedades estão essencialmente ligadas aos seus fins “e o seu objetivo primordial é o de servir desinteressadamente à coletividade de forma exclusiva ou predominante” (p.17). Os autores prosseguem e ressaltam que esta disposição não significa que a associação esteja impedida de praticar atividades de natureza econômica, desde que seja para obtenção de “fundos necessários para a implementação dos seus objetivos” (p.17).

Por não visar ganhos ou recebimentos ocorridos em transações econômicas, a associação igualmente auxilia a atividade produtiva, prestando serviço e auxiliando na aquisição de produtos aos associados, como a distribuição de mercadorias ou compras de insumos em conjunto. Veiga e Rech (2001) explicitam que em uma associação, se houver associados que exerçam alguma atividade produtiva ou administrativa na organização, estes estão amparados pelas leis trabalhistas e recebem seus direitos por terem vínculo empregatício.

Os autores listam os possíveis problemas e ações que inviabilizam a construção de uma associação. Dentre eles, tem-se a dificuldade nas relações sociais entre os indivíduos, a falta de fortalecimento da ideologia associativista e a falta de compromisso do associado por não freqüentar a sede da associação. Estas atitudes podem prejudicar o desenvolvimento da associação.

2.2.1. Associação de produtores rurais

O modelo de associação empregado no meio rural não se distancia do principal objetivo da iniciativa original, que é trazer benefícios técnicos, sociais e profissionais aos associados. A cartilha “Associativismo”, desenvolvida pelo MAPA (BRASIL, 2012a), conceitua este tipo de associação como “uma sociedade formal, criada com o objetivo de integrar esforços e ações dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e da própria comunidade a qual pertencem” (p.29).

Esta integração possibilita aos associados a troca de bens e conhecimentos produtivos que os ajudam a identificar oportunidades, compartilhar e diminuir custos na aquisição de insumos, trazendo-lhes diversos benefícios.

Ainda, segundo a mesma cartilha, essas organizações são formadas por produtores vizinhos que partilham do mesmo problema e que, ao se reunirem, discutem e procuram soluções. “Ao buscarem soluções em conjunto, evoluem para decisões mais definitivas, aperfeiçoando a parceria, inicialmente informal, para uma forma de união organizada e associativa, onde terão maiores chances de sucesso” (BRASIL, 2012a, p.30).

Na cartilha são mostradas ainda duas vantagens em se organizar uma associação. A primeira remete-se à participação política. O formato coletivo encontrado em uma associação permite que esta tenha mais influência e facilidade para ser identificada ao reivindicar melhorias estruturais como postos de saúde e estradas ao Governo Federal, estados, e municípios. O segundo ponto é a geração de emprego e renda proveniente das ações de cunho produtivo nas associações rurais. Cabe salientar que poderão gozar dos programas e financiamentos oferecidos pelo governo com o intuito de aperfeiçoar a produção e estimular o desenvolvimento na região (BRASIL, 2012a, p.31). Os investimentos financeiros e técnicos promovidos pela iniciativa privada através de premiações de projetos financiadas por bancos também é uma das fontes recorridas pelos assentados visando à melhoria da condição econômica e social dos produtores rurais.

Apesar das dificuldades encontradas na construção de uma associação, estes benefícios são considerados incentivos para agricultores familiares de assentamentos que encontram uma forma de se firmarem na terra e garantir sua sobrevivência.

2.3. O COOPERATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS

A cooperativa é outra iniciativa societária que comunidades rurais buscam para melhor se organizarem produtiva, social e economicamente. Como a associação, a cooperativa tem como objetivo, quando concebida, melhorar a vida de seus associados. Os cooperados, através da colaboração, superam alguns obstáculos resultantes do mercado competitivo, que atingem indivíduos desprovidos de recursos humanos, monetários e/ou tecnológicos necessários à sobrevivência no mercado (ALVES, 2010).

No Brasil, o conceito de cooperativa pode ser encontrado na Lei nº 5.764 de 1971. A “lei das cooperativas”, como é chamada, tem em seu artigo 4º a definição do que é uma

cooperativa. Segundo a lei, ela se caracteriza como uma organização social onde o conjunto de indivíduos se une e passa a ter natureza jurídica própria com a finalidade de prestação de serviços aos associados, não se submetendo a falência (BRASIL, 1971). Complementando esta descrição, ela muito se assemelha à associação, mas, o que a difere é a sua razão de existência, que é econômica.

Corroborando com a afirmação, a cooperativa é uma alternativa para comunidades que pretendem manter as características sociais, como a busca de integração entre os associados e desenvolver o assistencialismo entre cooperados, mas que tem como finalidade principal a organização produtiva para inserir e aproveitar as oportunidades do mercado (VEIGA; RECH, 2001).

A cooperativa, diferentemente da associação, que geralmente não privilegia a inserção do grupo no mercado, organiza sua atividade produtiva focada em um empreendimento comercial onde os associados/cooperados conseguem o retorno econômico e a consolidação de seus esforços produtivos no mercado. A cooperativa muito se assemelha à atividade mercantil, porém existem algumas especificidades que as tornam diferentes. A cooperativa pode ser definida como uma organização produtiva, que gera benefícios sociais e econômicos ao conjunto de indivíduos que a criam. Para entender as diferenças entre a sociedade cooperativa e a sociedade mercantil, o quadro 2, extraído da Cartilha “Cooperativismo” (BRASIL, 2012b, p.13), mostra os diferentes posicionamentos existentes em cada tipo de organização produtiva.

Quadro 2 - Diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade mercantil

SOCIEDADE COOPERATIVA	SOCIEDADE MERCANTIL
O principal é o homem	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta como um voto na assembleia.	Cada cota ou ação conta um voto na assembleia.
O controle é democrático.	O controle é financeiro
É uma sociedade de pessoas que funciona democraticamente.	É uma sociedade de capital que funciona hierarquicamente.
As cotas não podem ser transferidas a terceiros.	As cotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São, muitas vezes, os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional às operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao número de ações.
Aberta à participação de novos cooperados.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defende o maior preço possível.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

Fonte: BRASIL (2012b, p.13).

A cooperativa é uma associação independente, constituída por no mínimo 20 pessoas que se unem com o mesmo propósito. Esta estrutura visa atender às necessidades sociais e econômicas, instituindo um modelo de negócio, semelhante à estrutura de um empreendimento comercial. O cooperativismo é norteado por sete princípios criados em 1844 na Inglaterra, data da fundação da primeira cooperativa formal. A atualização dos princípios ocorreu cem anos após suas criações, em 1995, no Congresso do Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). São eles (BRASIL, 2012b):

Adesão livre e voluntária: As cooperativas são organizações que não fazem acepção sexual, de classe social, política, religiosa ou de raça quanto à inserção de membros. Todavia, o que decide se o membro pode ou não se associar é o seu comprometimento nas ações da cooperativa. Uma vez que os interesses não são compatíveis com o estatuto ou com as atividades desempenhadas pela cooperativa, o novo membro não será aceito;

Gestão democrática pelos membros: As reuniões entre cooperados acontecem em assembleias gerais onde decidem e elegem novos administradores para a cooperativa. Independente da decisão nas cooperativas, cada membro corresponde a um voto, inexistindo o decréscimo e o acréscimo de direito por aquisição de quotas parte pelo associado;

Participação econômica dos sócios: Os cooperados contribuem de forma igualitária e administram democraticamente o capital de sua cooperativa.

Autonomia e independência: A cooperativa é um empreendimento guiado por seus componentes, os cooperados, exercendo o controle democrático.

Educação, formação e informação: A educação sobre o cooperativismo compreende todos os níveis hierárquicos da cooperativa e se destina a conscientizar e enfatizar a importância da participação e a organização coletiva dos membros. Porém, a educação não se restringe ao cooperativismo, sendo os membros treinados em formações técnicas disponibilizadas pela cooperativa, fortalecendo e melhorando os processos produtivos.

Intercooperação: A relação entre cooperativas e de cooperativas com estruturas locais e internacionais possibilita o ganho de experiência e retornos econômicos consideráveis, consolidando e promovendo cooperativismo.

Interesse pela comunidade: O comprometimento das cooperativas com o ambiente onde estão inseridas as qualificam como motivadoras do bem-estar. Os associados e seus anseios, principalmente focados no bem-estar econômico e social são metas a serem atingidas pelas cooperativas.

Ao se analisar a realidade de assentamentos rurais, a maior dificuldade encontrada pelos agricultores é a manutenção econômica e sua sobrevivência em um ambiente de mercado competitivo e excludente. Uma possível e viável solução é a união dos assentados em cooperativa, a fim de fortalecer suas produções e enfrentar as adversidades:

Os assentamentos que perceberam esta realidade e se dispuseram à criação de sua cooperativa, por exemplo, embora continuem enfrentando dificuldades, como praticamente observamos em muitos segmentos da economia brasileira, tem conseguido resultados mais satisfatórios, até melhor que de muitos pequenos agricultores, em suas propriedades privadas (FRANCIOSI, 2007, p.2).

Franciosi (2007) argumenta que o Movimento Sem Terra – MST incentiva o assentado a se inserir em uma cooperativa. Essa proposta tem sua justificativa na “necessidade da adoção de ações coletivas que garantam resultados positivos na atividade agropecuária” (p.2). Esta necessidade de organização demanda fortalecimento e união entre os membros, entretanto, o ato de associar não proporcionará o alcance imediato das metas e sim ajudará a atingi-lo.

2.4. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Propondo uma sociedade onde a solidariedade e a igualdade entre os seus membros seja predominante, a Economia Solidária (ES) surge em contraposição ao modo de produção capitalista. Segundo Singer (2002), a economia solidária é uma forma de produção cujos princípios básicos, a propriedade coletiva e a liberdade individual, têm como resultados naturais a solidariedade e a igualdade, já que todos se associam para comercializar, produzir e usufruir dos bens em comum.

Seguindo a proposta do autor, a concepção do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, (BRASIL, S/D *a.*) refere-se a Economia Solidária como um modo diferente de produzir, consumir e comercializar. A prática se exige da exploração do trabalho e dos ganhos sobre os atores que participam das atividades de produção e comercialização. Preconiza a produção focada na sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Santos e Borinelli (2010) definem economia solidária como “sistema socioeconômico aberto” (p.1), onde seus valores são sustentados com base em cooperação e solidariedade, tendo como propósito sanar os anseios materiais e sociais dos indivíduos “mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando a emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental” (p.1). Os autores continuam sua explicação e descrevem que a emancipação almejada pela ES é visualizada em modelos de organização que utilizam a autogestão e tendo como característica principal a participação ativa dos membros.

Esta ótica se contrapõe aos modelos econômicos capitalistas que se estruturam hierarquicamente, onde o poder de decisão é centralizado e a busca de lucro é constante. Singer (2002) denomina esta forma de gestão de heterogestão, onde “a administração” é de forma “hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo” (p.16-17). A proposta da ES consiste na mudança do “modelo hierárquico vertical pela horizontalidade das relações” (SANTOS; BORINELLI, 2010, p.2).

Santos e Borinelli (2010) ligam a proposta socioeconômica de ES ao conceito de sustentabilidade, afirmando que:

As iniciativas de ES empenham-se em construir alternativas socioeconômicas sustentáveis, assumindo um compromisso com um modelo de desenvolvimento que consiga integrar a sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural, contribuindo assim para o aprimoramento do próprio ser humano, ganhando na riqueza dos relacionamentos e no convívio social comunitário (p.2).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, S/D *a.*) a Economia Solidária possui quatro características importantes que ajudam na compreensão desta alternativa socioeconômica sustentável. A primeira é a cooperação que ressalta a união de esforços, bens e a partilha de responsabilidades entre os indivíduos de uma comunidade. A segunda característica é a autogestão, onde os participantes da organização com viés em ES participam no trabalho, no planejamento estratégico e de atividades rotineiras do empreendimento.

Singer (2002) considera a autogestão uma forma democrática de administração. O autor afirma que a participação nas “discussões e decisões do coletivo ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”. (SINGER, 2002, p.21).

A dimensão econômica compreende fatores de produção, recursos humanos e esforços da organização em comercializar e consumir, porém, valorizando a cultura local, o fator ambiental e o social. Singer (2002) completa esta característica afirmando que um dos objetivos mais almejados pelos sócios da empresa solidária é suscitar “a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (p.16).

A última característica é a solidariedade, que é encontrada em diferentes dimensões, mas, de maneira geral, é definida como a geração de renda, emprego, distribuição, consumo de recursos e produtos que viabilizem economicamente a região, não agredam o meio ambiente e melhorem a vida dos participantes da ES de forma igualitária.

Quanto às características dos empreendimentos solidários, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (BRASIL, S/D *b*) destaca cinco particularidades definidas como:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído e definido sua atividade econômica.
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

- São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas às características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associações ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (BRASIL, S/D b).

Em síntese, os empreendimentos que adotam a economia solidária como caminho socioeconômico privilegiam as atividades coletivas de cunho econômico, valorizando a integração sustentável entre os atores, tanto os que produzem quanto os que consomem.

Nesse sentido, o referencial teórico está estruturado, assim, o próximo tópico aborda o procedimento metodológico adotado no relatório de estágio seguido da descrição das atividades desenvolvidas pelas frentes de trabalho do projeto.

3. METODOLOGIA

O relatório de estágio está dividido em dois momentos complementares metodológicos. O primeiro momento é constituído pela pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2006), este tipo de pesquisa utiliza-se principalmente de artigos científicos e livros para se conhecer e caracterizar determinado tema. Esta análise de conteúdo se encontra no referencial teórico do relatório, o qual é utilizado na segunda parte da metodologia, que consiste na pesquisa-ação. O referencial teórico corrobora na sugestão de ações a serem desempenhadas no assentamento.

Como exposto, a metodologia utilizada para o acompanhamento do projeto e na descrição de suas ações foi a da pesquisa-ação. Segundo Thiollent (2005), a pesquisa-ação consiste em:

“um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (p.16).

O mesmo autor não distancia a participação do indivíduo na construção do conhecimento nem da coleta de dados, porém, não se confunde ao afirmar que a pesquisa participante não é pesquisa-ação. O autor continua sua explicação afirmando que a pesquisa-ação, na sua totalidade, conta com a participação e integração de indivíduos em grupos sociais e é de extrema importância esta conduta, pois, ela é necessária para a identificação dos problemas coletivos e na construção das possíveis soluções.

O autor continua e faz a distinção entre pesquisa-ação e pesquisa participante. A pesquisa participante, segundo ele, “é um tipo de pesquisa baseado na observação” e que “consiste em aparente identificação” do pesquisador “com os valores e comportamentos” do grupo (p.17). O que significa dizer que a pesquisa participante procura analisar o contexto social no qual o pesquisador foi aceito, sem procurar a solução de dificuldades até mesmo encontradas nesta imersão.

A pesquisa-ação somente será classificada como tal quando houver a ação organizada dos participantes, a qual deve transformar a situação atual. Não pode ser uma ação comum. O autor descreve esta ação como “problemática” (p.17). Reforçando este pensamento, Martinetti *et al.* (2008) afirmam que “os pesquisadores que abordam a pesquisa-ação têm um objetivo em comum: produzir o conhecimento por meio da mudança da realidade social” (THIOLLENT, 2005, p.2).

Para Thiollent (2005), os requisitos para o alcance desta mudança de realidade social estão no enlaçamento de dois tipos de objetivos que o autor descreve. O primeiro objetivo é denominado prático. Ele consiste na busca da melhor forma de resolução do problema comunitário com proposições e projeções de ações. O segundo objetivo é o de conhecimento. Segundo o autor, trata-se de buscar informações do ambiente e dos atores envolvidos nos problemas para se elaborar e dar consistência às ações condizentes com a realidade, baseadas nas informações coletadas. O autor alerta para a necessidade de equilibrarem-se estes objetivos, pois, ajudarão na concepção de melhores intervenções na comunidade.

Com a metodologia delineada, o próximo tópico descreverá as ações das frentes de trabalho do projeto e suas perspectivas futuras.

3.1. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE DE TRABALHO “REFORMA”

As ações da frente de trabalho “Reforma” começaram em junho no assentamento. Estas atividades são objetivas e conta com a comunidade na execução em esquema de mutirão. O coordenador, professor Rudi Van Els, se responsabiliza pela compra de materiais e pelo planejamento junto à comunidade para execução dos reparos que devem ser feitos primeiramente no casarão sede do assentamento.

As figuras 4 e 5 mostram, respectivamente, o casarão e sua planta baixa sem modificações. A execução da reforma é feita pelos assentados que possuem habilidades na

construção e reforma de casas. Eles se reúnem e mobilizam a comunidade interessada em ajudar nas tarefas da reforma e adequação da sede do assentamento.



Figura 4 – Foto do casarão antes do início da reforma.
Foto: Jordan Paulo.

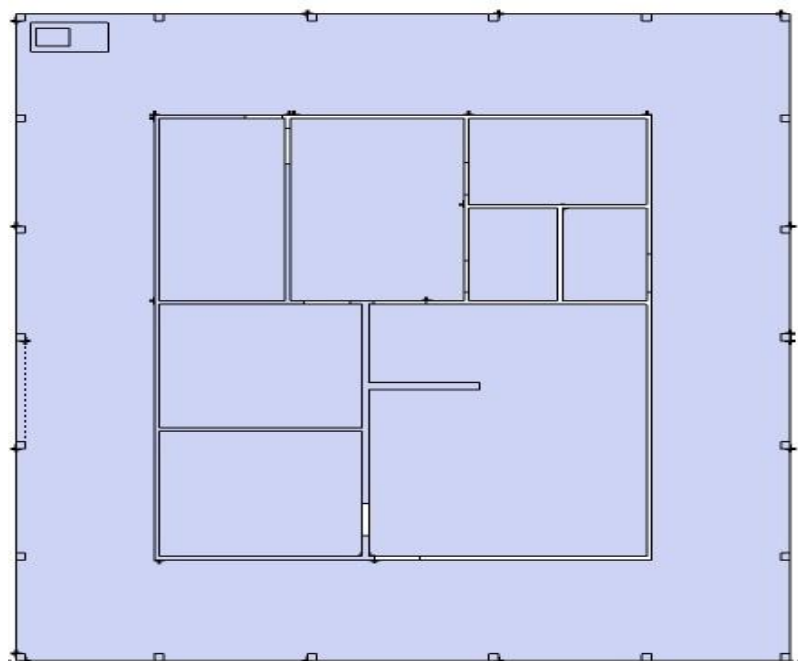


Figura 5 – Planta baixa do casarão sede.
Fonte: Elaborado pelo autor no software Sketchup 8.

Inicialmente foi programada a construção provisória de um sistema de abastecimento de água, que consistiu na abertura de uma vala para a instalação de uma tubulação de 360m para levar água até um reservatório perto do casarão sede, pois algumas atividades necessitam de água e o serviço público ainda não havia realizado a instalação na comunidade. Em seguida, deu-se início à a reforma do telhado, que consistiu na troca e limpeza das telhas, troca das ripas inutilizáveis e destruição de focos de cupim no madeiramento do telhado. As instalações elétrica, hidráulica e de cerâmica de acordo com as normas exigidas aos locais de beneficiamento e o conserto de rachaduras nas paredes do casarão sede também foram programadas.

Destas quatro atividades, o telhado e a tubulação já foram executados. A figura 6 mostra a atividade de retelhamento no casarão sede. A questão da adequação de um cômodo para receber a unidade de secagem no assentamento fez com que o coordenador e a comunidade fizessem outras modificações no casarão sede. Foram abertas novas paredes com a finalidade de otimizar o ciclo de processamento dos frutos na unidade de processamento e a construção de novas paredes que irão separar o espaço da agroindústria do espaço de uso comum do casarão sede. Igualmente, os espaços do vestiário e dos banheiros já estão feitos e necessitam somente do acabamento com revestimento, vaso sanitário e chuveiro. As instalações hidráulica, elétrica e das cerâmicas estão em andamento.



Figura 6 – Retelhamento do casarão sede.
Foto: Jordan Paulo

A figura 7 mostra a planta baixa do casarão sede com todas as modificações a serem executadas no decorrer das atividades do projeto.

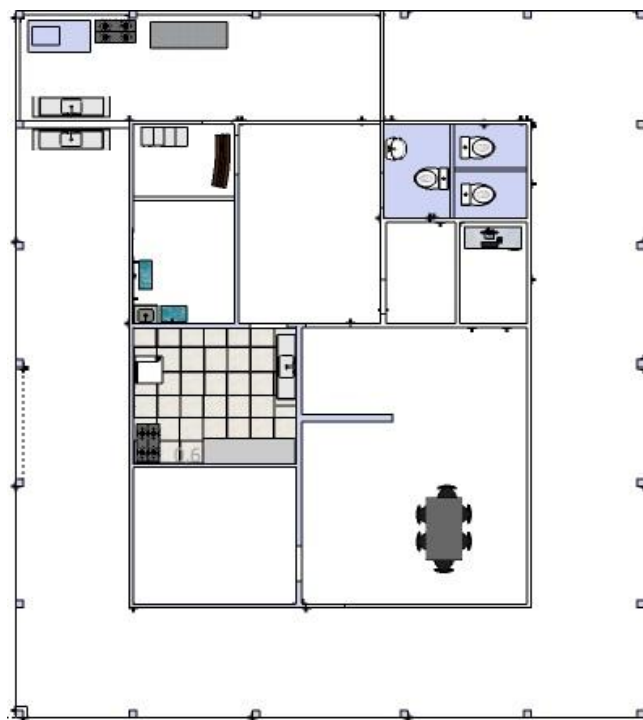


Figura 7 – Projeto do casarão sede.
Fonte: Elaborado pelo autor no software Sketchup 8

3.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE DE TRABALHO “COLETA E MANEJO”

A frente de trabalho de coleta de frutos tem como premissa a sustentabilidade da atividade extrativista a ser desempenhada pelos assentados no Cerrado das áreas de reserva legal do assentamento Márcia Cordeiro Leite.

A professora Dulce Rocha e sua equipe têm como objetivos a estruturação do plano de manejo sustentável no assentamento para garantir aos assentados estoque de matéria-prima para o beneficiamento na unidade de secagem no casarão sede. A primeira atividade realizada foi a elaboração de um inventário de cada espécie no assentamento, identificando o período de safra de cada fruto. As atividades de coleta de frutos acontecem segundo o cronograma mostrado na Tabela 2.

Quadro 3 - Cronograma de coleta de frutos do Cerrado

	Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Frutas	Jatobá					X	X	X					
	Cagaita									X	X		
	Pequi	X	X									X	X
	Araticum		X	X	X								

Fonte: Barbosa-Silva *et al.* (2012, p. 6).

A atividade de coleta necessita da mobilização intensa dos comunitários e colaboradores do projeto nas atividades extrativistas, de preferência em esquema de mutirão.

3.3. CARACTERIZAÇÃO DA FRENTE DE TRABALHO “BENEFICIAMENTO”

As atividades da terceira frente do projeto estão focadas na construção de um desidratador solar cuja estrutura será confeccionada com materiais alternativos e de forma sustentável. A estrutura de beneficiamento artesanal será utilizada nas propriedades dos assentados inicialmente para secar produtos para consumo próprio. As professoras Vânia Roque-Specht e Andréa Santos, junto com sua equipe, estão envolvidas na elaboração de projetos para equipamentos que farão parte do beneficiamento dos frutos nativos do Cerrado.

A primeira atividade foi à oficina de desidratação de frutas que ocorreu no dia 7 de maio de 2013. O objetivo desta oficina foi estabelecer limites de secagem de determinados frutos - manga, tomate, banana, buriti, baru e jatobá.

3.3.1. Oficina De Desidratação De Frutos

Realizada na UnB Planaltina no mês de maio, esta oficina foi ministrada pelo professor Jean-Louis Le Guerroué, engenheiro de alimentos, para nove alunos do projeto divididos em dois grupos. O professor conduziu as atividades na estrutura de secagem da faculdade. No primeiro instante ele orientou os alunos para que cortassem as frutas – manga, tomate, banana, buriti, baru e jatobá – e as pesassem para que após a secagem houvesse a comparação do peso do produto seco com o peso do produto com água. Concluída a primeira tarefa, foi pedido que colocassem as bandejas com os frutos cortados no desidratador elétrico e que os alunos acompanhassem a cada hora o peso das diferentes frutas. Cada grupo obteve resultados satisfatórios como, por exemplo, a figura 8 corresponde à curva de secagem da

manga feita pelo grupo 1, e a figura 9, corresponde a curva de secagem do baru feita pelo grupo 2.



Figura 8 – Curva de secagem da manga.
Fonte: Primeira oficina de desidratação de frutos

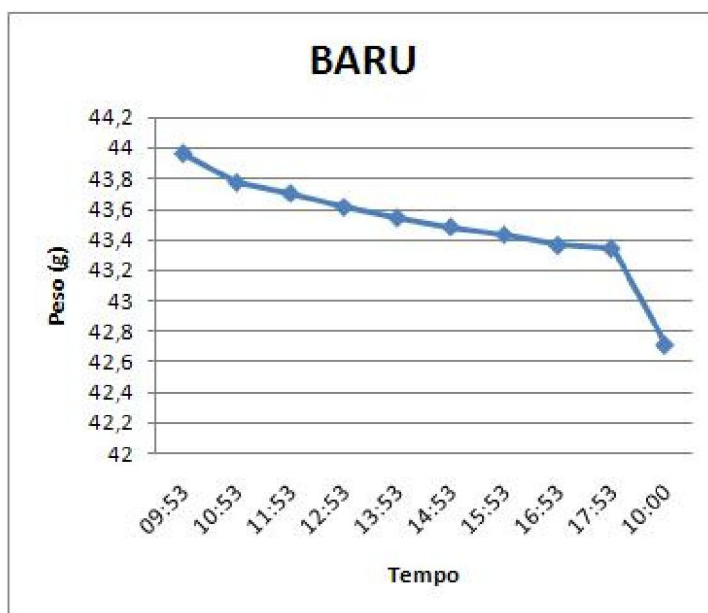


Figura 9 - Curva de secagem do baru
Fonte: Primeira oficina de desidratação de frutos.

Esta atividade proposta aos alunos demonstrou a eficiência da secagem de frutos, fazendo com que os colaboradores contemplassem a viabilidade deste processo no assentamento Márcia Cordeiro Leite.

3.4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DA FRENTE DE TRABALHO DE “PESQUISA DE MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO”

O desenvolvimento de mercado para a comercialização dos produtos do assentamento é o principal objetivo da frente de trabalho “Pesquisa de Mercado e Comercialização”.

A professora Janaína Diniz coordena este grupo que tem como objetivo a inserção dos produtos desidratados do Cerrado do assentamento Monjolo no mercado local. Esta frente estuda o mercado do Distrito Federal e procura construir novos canais de distribuição dos novos produtos que serão produzidos no assentamento, analisando oferta e demanda desses produtos na região. Outra ação programada para esta frente é a definição de preços e o cálculo dos possíveis ganhos com esta atividade que inicialmente focará em frutos desidratados. Para formular questionários e discutir assuntos sobre o mercado e a comercialização, foi criado pelos participantes o Grupo de Estudos de Desenvolvimento de Mercados e Comercialização – GEDEMCO.

3.4.1. Grupo de Estudos de Desenvolvimento de Mercados e Comercialização – GEDEMCO

A criação deste grupo tem como objetivos a criação de ferramentas, como questionários que facilitem a pesquisa de mercado e a tomada de preços, assim como estudar o comportamento do mercado consumidor local. As primeiras reuniões da GEDEMCO ocorreram nos meses de abril e maio, onde foram formulados o questionário e decididos os primeiros locais de pesquisa de mercado.

Parcialmente, o resultado obtido a partir de 10 estabelecimentos no Distrito Federal é que eles possuem interesse em adquirir estes novos produtos nativos do Cerrado, entretanto, fazem exigências quanto à boa apresentação (embalagem e rotulagem) e oferta constante do produto.

3.5. CARACTERIZAÇÃO DA FRENTE DE TRABALHO “ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE”

O grupo foi concebido a partir da reunião entre comunidade e colaboradores do projeto. O resultado foi a constituição de uma frente de trabalho denominada “Organização Social” e coordenada pelo professor Flávio Costa.

A escolha dos comunitários respeitou a divisão inicial dos assentados feita em sete grupos que partilham atividades comuns. Cada comunitário participante da frente de trabalho representa um dos sete grupos. Estes grupos possuem um líder que organiza e coordena as iniciativas produtivas – hortas, criação de animais, entre outros – e na participação em cursos técnicos disponibilizados à comunidade e atividades como mutirões e reuniões. Além dessa divisão, a comunidade é coordenada por quatro representantes apoiados pelo Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais – MATR, que promovem mobilizações, reuniões e tomam decisões sobre a direção a ser tomada pelo assentamento.

A frente de trabalho, ao analisar esta divisão interna da comunidade, identificou a necessidade dos comunitários organizarem este grupo em um formato que colabore na condução do projeto e das atividades de produção.

A construção de uma associação de produtores rurais ou uma cooperativa, ambos nos moldes da economia solidária, é o objetivo principal da frente de trabalho. Cabe então aos colaboradores e alunos do projeto coletar dados, transformá-los em informações para, com isso, ajudar a comunidade, direcionando-a para um modelo mais conveniente de ação coletiva. Para tornar exeqüível esta proposta, os colaboradores e alunos da frente de trabalho criaram um grupo de estudos com a função de discutir sobre estruturas de ação coletiva, organização social, bem como procurar soluções para a organização social na comunidade.

Outra função deste grupo é a organização de atividades que integrem a comunidade, orientando-os sobre os prós e contras das organizações sociais e no encaminhamento formal para torná-las palpáveis à comunidade. As principais atividades são as oficinas de aprendizagem onde convergem as conversas com os comunitários com as trocas de conhecimentos entre os integrantes da frente com a comunidade como um todo. Isto beneficia a construção das intervenções, aproximando o assentamento a uma realidade de gestão, economia e produção ainda não alcançada.

3.5.1. Grupo De Estudo De Organização Social - GEOS

Inicialmente concebido em abril de 2013, o grupo de estudos de Organização Social – GEOS tem a intenção de nivelar os conhecimentos entre os participantes sobre estudos focados em organizações sociais e na construção de intervenções na comunidade, condizentes à realidade vivida pelos assentados.

A participação dos assentados é facultativa devido às atividades rotineiras de cada comunitário. Para diminuir esta distância, os colaboradores, alunos e coordenadores fazem visitas frequentes à comunidade com conversas e acompanhamento de diversas atividades na comunidade, bem como em conversas com representantes e participantes da frente de trabalho. O objetivo geral do Grupo de estudos é o desenvolvimento de estudos e ações participativas na comunidade, visando o fortalecimento da organização social, integrando a comunidade em objetivos comuns, elaborando e organizando oficinas e treinamentos para a comunidade.

Reiterando, são alvos da discussão neste grupo de estudo a ação coletiva, a descrição do associativismo e o cooperativismo em assentamentos de reforma agrária e a utilização dos princípios da economia solidária e da sustentabilidade neste contexto. Teoricamente, este processo descrito ajuda na contextualização do cenário de assentamentos e organizações produtivas, colaborando com informações para ajudar com eficiência a comunidade na formalização de uma estrutura coletiva realizável.

Percebe-se que a pesquisa-ação é uma ferramenta de grande utilidade neste grupo, pois a participação e o empenho de cada integrante junto à comunidade denotam a construção de estratégias para intervenção no assentamento que visam a mudança de sua realidade social, produtiva e econômica.

O resultado deste esforço teórico e prático é materializado em oficinas com a comunidade. A união de esforços pode ser visualizado na figura 10 que mostra o esquema de elaboração da oficina da frente de organização social. O esforço teórico é feito a partir de discussões no grupo de estudos que procuram desenvolver soluções viáveis para a comunidade. A interação com a comunidade permite visualizar melhor os problemas e necessidades. A fim de indicar possíveis soluções as oficinas são elaboradas.

Desde abril, o grupo de estudo estava estruturando uma oficina que ajudasse a comunidade na compreensão do que é ação coletiva e suas formas mais comuns: o associativismo e o cooperativismo. Após muitas discussões, acertos de conteúdo e disponibilidade de tempo com a comunidade, a primeira oficina de sensibilização sobre organização social no assentamento Márcia Cordeiro Leite ocorreu no dia 21 de junho de 2013.

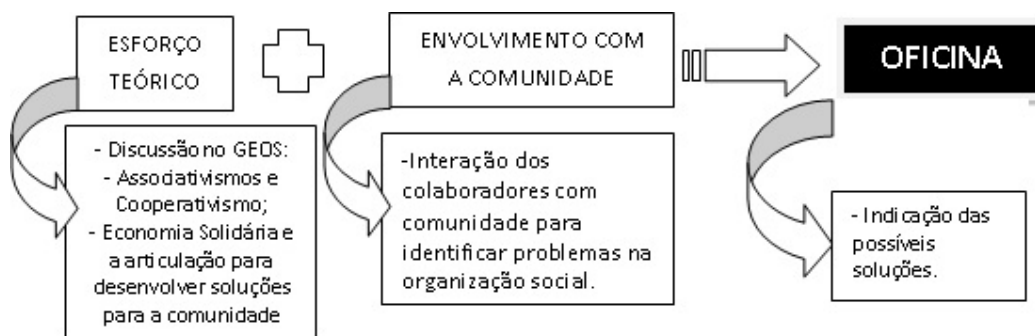


Figura 10 – Esquema de concepção de uma oficina
Fonte: Elaborado pelo autor

3.5.2. Primeira Oficina de Sensibilização no Assentamento Márcia Cordeiro Leite.

O GEOS executou a oficina no dia 21 de junho de 2013 no casarão sede do assentamento (Figura 11). Com o intuito de sensibilizar a comunidade sobre os conceitos de organização social e identificação de problemas e possíveis soluções viáveis sobre este tema no assentamento, a oficina contou com a participação dos comunitários e dos alunos de Extensão Rural, disciplina ministrada pelo coordenador da frente de “Organização Social”, professor Flávio Costa.

A oficina teve como base os conceitos de ação coletiva no meio rural, associativismo e cooperativismo. Estavam presentes aproximadamente 35 comunitários. Antes da apresentação formal da equipe, o Sr. Cavalcante, líder comunitário, fez uma oração para iniciar os trabalhos na comunidade. A equipe estava composta por Éverton, Daniquele, Tauanna, Lívia, Jordan e o coordenador, Prof. Flávio.



Figura 11 – Primeira oficina de sensibilização
Foto: Flávio Costa.

Após a apresentação e discussão das opiniões, a comunidade, ainda disposta em grupos, construiu a árvore de soluções aos problemas elencados. Como solução, os assentados propuseram a participação mais ativa deles, uma liderança que os representasse fielmente, assim como mais união nas atividades e na resolução de problemas.

A terceira atividade teve o propósito de expor teoricamente como se dá a prática de ação coletiva e das iniciativas associativas e cooperativas em uma comunidade. Houve uma reflexão sobre os conceitos e como o meio rural, o assentamento, se comporta ao se coletivizar. A comunidade foi bastante receptiva, interagindo com o grupo e expondo suas opiniões sobre este assunto.

A dinâmica do nó humano foi a quarta e última atividade da oficina. Esta dinâmica procura integrar a comunidade a fim de buscar soluções rápidas para os principais problemas. A atividade consiste na formação de um círculo entre comunitários de mãos dadas. Pede-se atenção para que os participantes memorizem os indivíduos que estavam de cada lado segurando suas mãos.

Após a indicação feita pela frente de trabalho, os participantes se soltam e caminham livremente ao som de uma música. A próxima orientação é que quando a música diminuir seu volume os participantes fiquem parados onde estão.

O próximo passo indicado aos participantes é procurar os indivíduos que estavam respectivamente segurando sua mão esquerda e direita. Assim quando todos se encontrarem, o nó estará pronto. O objetivo após sua formação é ser desatado rapidamente sem soltar as mãos, voltando a formação de círculo inicial. Os assentados conseguiram de forma rápida e sem complicações a solução para este nó.

Com o nó desfeito, a dinâmica foi finalizada com a opinião dos assentados que em unanimidade concordaram que com o trabalho realizado em grupo e de forma planejada, os resultados aparecem para todos que estão envolvidos.

A oficina foi finalizada com os depoimentos de alguns comunitários que, de maneira geral, gostaram das dinâmicas e agradeceram a atenção dada pelo grupo e o papel motivacional desempenhado pela frente de trabalho na comunidade.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE

A comunidade, a partir de observações e análise das atividades desempenhadas pelas frentes de trabalho e da convivência no assentamento, demandará esforços para a consolidação de uma estrutura produtiva organizada. Os benefícios provenientes da organização social e produtiva tendem a ser o foco dos próximos encontros com os assentados. Não haverá imposição de opiniões ou reflexões tendenciosas, mas, o incentivo à comunidade a movimentar-se e a buscar novas perspectivas produtivas, de gestão administrativa e econômica, aproveitando as oportunidades que estão surgindo através da implantação da unidade de secagem no assentamento. São elencadas a seguir três sugestões complementares às ações das frentes de trabalho com o foco nas ações de “Organização Social” do projeto. A descrição segue e fundamenta-se no referencial teórico do presente relatório de estágio.

4.1. SUGESTÕES COMPLEMENTARES ÀS AÇÕES DAS FRENTES DE TRABALHO COM O FOCO EM ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A primeira ação a ser sugerida é a formalização de uma organização social no assentamento. Inicialmente ela será uma forma representativa do assentamento que colaborará com as atividades do projeto e terá autonomia na construção da estrutura produtiva. Este grupo assistirá os aspectos de gestão da unidade produtiva e procurará de forma técnica motivar os assentados a se unirem cada vez mais em objetivos comuns ao assentamento. Um dos maiores empecilhos encontrados em uma organização social é quando o indivíduo que não se envolve nas atividades produtivas que ser ouvido e ter a opinião acatada. Cabe a esse grupo diretor a coordenação dos grupos já estruturados na comunidade, garantindo que priorizem a união e a coletividade na tomada de decisão. Salienta-se que este mesmo grupo continue a mobilizar os demais comunitários em atividades de coleta, em cursos de beneficiamento e na reforma do casarão sede.

O segundo e possível passo, mas de cunho produtivo e econômico, é o crescimento desta organização social em associação e/ou posteriormente cooperativa. A associação se mostra viável neste momento para o assentamento. O modelo associativista rural pode ser implementado, pois trará benefícios técnicos e sociais para o assentamento, devido à integração de esforços dos assentados para alcançar objetivos comuns a eles. Acompanhando a proposta do projeto, inicialmente, nesta sugestão, a unidade de secagem produzirá frutos desidratados e a associação fará a comercialização destes produtos. As sobras

das transações ou os resultados econômicos positivos serão aplicados na própria associação. Este re-investimento fará com que a estrutura possa se ampliar, tendo como consequência uma maior produção de frutos desidratados, possibilitando a ampliação da oferta e diversidade de produtos.

A cooperativa poderá ser uma alternativa, entretanto, o trabalho que a frente de trabalho fará deve prezar pela cautela e o cuidado com os assentados e com o empreendimento. Não é suficientemente viável a construção de uma organização produtiva complexa como a cooperativa. A estrutura do assentamento, tanto a social quanto a produtiva, devem estar em um nível no qual possa entrar no mercado preparada para enfrentar a competição acirrada e os momentos econômicos desfavoráveis. Se não existe o comprometimento e a união para o planejamento das ações, a cooperativa desperdiçará recursos e o assentamento estará fadado ao desgaste e desestimulado a produzir. Por mais que os méritos e princípios da economia solidária sejam seguidos, as questões produtivas, sociais e econômicas devem estar esclarecidas e intrínsecas em cada assentado, procedimento que está em construção no assentamento.

E a terceira sugestão é que esta possível associação ou cooperativa tenha características socioeconômicas de acordo com a economia solidária. Esta proposta possibilitará uma maior cooperação e união entre assentados ao priorizar uma gestão participativa, um foco econômico que seja socialmente justo no consumo e na venda e disseminação da reciprocidade entre indivíduos onde todos se auxiliam em benefício do todo.

Dessa forma, estas três sugestões, por mais que não sejam definitivas, possibilitam a visualização de uma estrutura organizacional eficiente e com perspectivas socioeconômicas definidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados das ações em organizações sociais e em estruturas complexas como as de assentamentos são lentos e demandam esforço tanto comunitário quanto dos colaboradores do projeto. No assentamento Márcia Cordeiro Leite, as atividades das frentes de trabalho do projeto devem respeitar as limitações da comunidade e igualmente procurar o seu aperfeiçoamento técnico e de conhecimento.

As intervenções na comunidade são suficientes para afirmar que as iniciativas tendem a ser constantes, devido ao potencial do local, dos indivíduos e da proposta do projeto.

Com a finalidade de descrever e sugerir ações para as frentes do projeto com ênfase na organização social com a comunidade, o presente relatório considera que existem muitas atividades e correções a serem feitas nas intervenções. Porém, o processo de aprendizagem é contínuo e beneficia os dois lados envolvidos: a comunidade, pela oportunidade de enfrentarem o mercado, se inserirem e alcançarem o bem-estar econômico e social, e os colaboradores, pela satisfação por estarem participando desta transformação socioeconômica local e por estarem enriquecendo suas vidas pessoais ao enfrentarem uma realidade social e econômica até então desconhecida, e profissional, ao aperfeiçoar na prática suas competências e habilidades na condução das ações no projeto.

Espera-se que a comunidade continue a cooperar com os colaboradores e que os colaboradores aumentem sua sensibilidade para identificar as necessidades e solucionar problemas encontrados em organizações sociais, sabendo que a transformação social ocorre gradativamente e tendo uma perspectiva de longo prazo.

Para o estagiário, de maneira geral, a convivência e a participação nas atividades desenvolvidas pelo projeto no assentamento Márcia Cordeiro Leite contribuem para o enriquecimento profissional e pessoal.

O crescimento profissional está na aprendizagem. Este processo está ligado à convivência do aluno com a comunidade. A troca de experiências e conhecimentos promove no estagiário o desenvolvimento de habilidades e competências existentes e o acréscimo de novas ao seu perfil. O projeto no qual o assentamento está inserido onde existem linhas variadas de atuação o aluno desenvolve diversas habilidades que o ajuda a solucionar com maior facilidade problemas relacionados à estruturação produtiva de uma comunidade ou localidade.

Quanto ao crescimento na ordem pessoal, o estagiário passa a enxergar a realidade de assentamentos de reforma agrária de forma diferente. A realidade apresentada é que a maioria dos assentamentos são movimentos sociais desorganizados, constituído por desordeiros que invadem propriedades e as tomam para si. Entretanto, ao ver as condições e ao conviver no assentamento Márcia Cordeiro Leite, o aluno percebe que os assentamentos são estruturas muitas vezes desprovidas de infra-estrutura, organização social e produtiva, e que a luta por melhorias é feita de forma pacífica. O estagiário procura ajudar na condução de intervenções que propiciem o desenvolvimento comunitário.

Outro ganho ligado também a convivência com os assentados é a construção de uma visão mais solidária e mais aguçada na percepção de necessidades de cada indivíduo. As diferentes experiências de vida o ajudam a moldar esta forma de visualizar a situação de uma comunidade e a construir soluções viáveis aos problemas coletivos.

Para o profissional do agronegócio o conhecimento que difere das grandes produtoras de *commodities* o faz diferencial no mercado de trabalho tornando-o um profissional com maior flexibilidade, pois, possui habilidades para atuar tanto no *agribusiness* quanto com pequenos produtores.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Adilson Francelino (Coord.) BORILE, Luiz Cláudio; BELON, Ivone; REINEHR, Cláudia Laís (Orgs.). **Manual para cooperativas: boas práticas na gestão cooperativada**. Paraná: [s.n], 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Associativismo**. Brasília: BINAGRI, 2ª Ed. 2012a. 36 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cartilha_associativismo_atualizada%202012.pdf>. Acesso em: 7 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. **Cooperativismo**. Brasília: BINAGRI, 2ª Ed. 2012b. 48 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Cooperativismo%20e%20Associativismo/Publica%C3%A7%C3%B5es%20e%20M%C3%ADdias/cooperativismo%20atualizada%202012.pdf>. Acesso em: 7 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **O que é Economia Solidária**. Brasília: S/D a. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp>. Acesso em: 17 de junho de 2013.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Os Empreendimentos Econômicos Solidários**. Brasília: S/D b. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em: 17 de junho de 2013.

BRASIL. **Lei nº 5764, de 16 de Dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm> Acesso em: 13 de junho de 2013.

BRITO, Valéria da Glória Pereira. et. al. **A dinâmica política no espaço organizacional: Um estudo das relações de poder em uma organização cooperativa**. Revista de Administração Contemporânea Eletrônica, v. 2, n. 1, p. 141-154, 2008.

COTRIM, Décio Souza. **Organização social e Associativismo Rural**. In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo. *Organização Social e Movimentos Sociais Rurais*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

EMATER-DF. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal. **Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural** – Assentamento Márcia Cordeiro Leite. Brasília: [s.n]; 2012

FRANCIOSI, Ernesto Odilo. **O sistema cooperativo dos assentamentos rurais: O exemplo das cooperativas COAGRI e COOPROSERP**. Informe GEPEC – Vol. 12, nº2, Paraná. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas: 2006.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. **Ação coletiva no meio rural: As associações de produtores na região de Presidente Prudente**. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – São Paulo, 2005.

MARTINETTI, Thaís H; SHIMBO, Ioshiaqui; TEIXEIRA, Bernardo A. N. **Pesquisa-ação participativa para escolha de sistema de tratamento de efluentes sanitários residenciais mais sustentáveis. Caso: Assentamento Rural Sepétiaraju, Serra Azul, SP**. In: XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – Fortaleza, 2008.

MELO, Acácio Tarciso Moreira de. **Ação coletiva entre assentados da reforma agrária – O grupo de mutirão no Assentamento Benedito Alves Bandeira, município da Acará/Pará**. 2010. p. 92. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal do Pará.

SANTOS, Celly Kelly dos; KURZATKOWSKI, Giovana Lobo; SILVA, Soraya Rodrigues da; COSTA, Paulo Sérgio Silva da. **Cartilha 1: Associativismo e cooperativismo**. UFT. Universidade Federal do Tocantins. Instituto Ecológica. Projeto Batata-Doce: Bioenergia na Agricultura Familiar. Palmas: Gráfica Provisão, 2007. Disponível em: <http://www.ecologica.org.br/en/images/stories/ecologica/pdf/publicacoes/cartilha_associativismo.pdf>. Acesso em: 13 de junho de 2013.

SANTOS, Luis Miguel Luzio dos; BORINELLI, Benilson. **Economia Solidária: Propostas e perspectivas**. In: Economia Solidária em Londrina: Aspectos conceituais e a experiência institucional. Paraná: Midiograf, 2010.

SILVA, Denise Barbosa; DINIZ, Janaína Deane de Abreu Sá; ZANETI, Tainá Bacellar; CABRAL, Yokowama Odaguiri Enes. **Inovações culinárias para a valorização do Cerrado**. Brasília: [s.n], 2012.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Maria Antônia de. **Processos educativos e organização de formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST**. Educação Temática Digital, Campinas, 2002, p. 78-100. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1803>> . Acesso em: 26 de maio de 2013.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 14ª. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink; RECH, Daniel. **Associações: Como construir sociedades civis sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2001.

ANEXOS**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PESQUISA DE MERCADO**

Nome da empresa: _____

Data: ____/____/____

Localidade da empresa: _____

Nome do entrevistado: _____

Nome do entrevistador: _____

1) Você utiliza frutos do cerrado no seu estabelecimento?

Se a resposta for Sim, pular para a questão 3

() Sim () Não

2) Você teria interesse em trabalhar com frutos do cerrado?

Se a resposta for Sim, pular para a questão 4

() Sim () Não

3) Quais frutos do cerrado são utilizados pelo seu estabelecimento?

() Cagaita

() Araticum

() Jatobá

() Pequi

() Nenhum

()

Outros: _____

4) Você teria interesse em trabalhar com algum desses frutos

() Cagaita

() Araticum

() Jatobá

() Pequi

() Nenhum

()

Outros: _____

5) Quais são/seriam os produtos elaborados com estes frutos?

6) Qual seria a melhor forma de aquisição dos produtos?

Ex: em pó, polpa, in natura, congelados, etc.

7) Qual seria seu interesse de compra?

- () Geléia
 () Frutos desidratados
 () Compota

8) Qual o preço de aquisição dos produtos? *

Só para quem já vende os produtos

9) Qual é/ seria a quantidade média comprada de cada produto?

10) De quem você compra os frutos?

Só para quem já vende os produtos

- () Extrativistas
 () Cooperativas
 () Associações
 () Outros:

11) Você teria interesse em possuir outro fornecedor?

Só para quem já vende os produtos

- () Sim () Não

12) Qual é/seria a forma de abastecimento?

- () Fornecedor entrega no estabelecimento
 () Comprador busca mercadoria no fornecedor
 () Outros

13) Qual é/seria a frequência de compra?

Ex: semanal, mensal, anual, etc

14) Considerando a sazonalidade dos frutos:

- () São/seriam estocados para usar o ano todo
- () São/seriam estocados para serem usados em período menor que um ano
- () São/seriam usados apenas no período sazonal
- () Outros:
